

**Istoé**

**10/10/1984**

**PERNAMBUCO**

### **Com açúcar, sem afeto**

#### *Greve e violência no início da colheita da cana*

Um sopro de esperança varreu os canaviais da Zona da Mata pernambucana, permitindo que os trabalhadores da indústria do açúcar pudessem sonhar com uma vida menos amarga. Depois de uma greve de sete dias dos 44 sindicatos da região canavieira de Pernambuco, que representam 240 mil trabalhadores, o Tribunal Regional do Trabalho, em julgamento do dissídio coletivo da categoria realizado na última semana de setembro, aprovou 40 das suas 45 reivindicações. Entre elas, o aumento dos salários de 111 para 190 mil cruzeiros: uma elevação superior a 100% no preço da tonelada cortada de cana e — o que talvez seja mais importante — a abolição de algumas práticas seculares no Nordeste, como a instituição do "barracão", que vinculava o pagamento dos canavieiros à compra de gêneros alimentícios, vendidos pelos próprios fazendeiros a preços exorbitantes.

Essas conquistas foram possíveis devido à crescente mobilização, nos últimos anos, dos trabalhadores da Zona da Mata, uma rica e produtiva região de 500 mil hectares que se esparrama ao longo do litoral de Pernambuco. Desde 1979, quando a cana atinge o ponto ideal de corte e os usineiros começam a esquentar as cadeiras de suas indústrias, os canavieiros cruzam os braços, enquanto discutem com os patrões suas exigências trabalhistas. Na primeira prova de força, com a greve de 1979 — a primeira dos canavieiros do Estado desde 1964 —, esta tática permitiu obter uma tabela de preços pela tonelada de cana cortada e um salário superior ao mínimo regional.

Os tempos começaram a mudar para os canavieiros. Ajudados pelas comissões pastorais da Igreja Católica e pelas lideranças locais do Partido dos Trabalhadores, incorporaram novas formas de resistência, modificando suas relações de trabalho. Seus antigos senhores, porém, não foram bafejados por este sopro de modernidade. Na prática e até na linguagem, conservam os métodos herdados do coronelismo. "Logo agora esses cachorros entram em greve", reclamava, no auge da última paralisação, Manoel da Costa Neto, 38 anos, um dos proprietários dos 17 mil hectares de canaviais que formam a Usina Pumaty, localizada no município de Água Preta, 50 quilômetros ao sul de Recife, e que é considerada uma das mais modernas de Pernambuco. A usina emprega 4.800 canavieiros e deverá produzir 1,9 milhão de sacas de açúcar este ano, faturando algo em torno de 60 bilhões de cruzeiros. Ainda assim Costa Neto considera um absurdo as exigências dos trabalhadores e acha que todos são uns ingratos: "Damos casa, transporte, luz, assistência médica e é isso o que recebemos em troca. Temos que engolir. Eles têm sorte que nós aqui sejamos muito liberais", diz com arrogância.

Apesar dessa aparente liberalidade, a violência cresceu na Zona da Mata pernambucana, sobretudo depois que se tornaram mais renhidas as disputas. No ano passado, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco — Fetape — registrou 37 casos de agressão, geralmente com o uso de arma branca e de fogo contra trabalhadores rurais. E este ano os casos anotados chegam já a 53 — entre eles o atentado sofrido por Pedro Francisco Ferreira, um líder sindical do município de Água Preta, no mesmo instante em que o TRT julgava, em Recife, no dia 28 de setembro, o dissídio coletivo dos canavieiros. Ferreira, 54 anos, militante do PT, partido pelo qual disputou a prefeitura de Água Preta em 1982, e ligado à Comissão Pastoral da Terra, encabeça uma chapa de oposição que pretende destinar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas local. Amaro Lopes, considerado por ele um "pelego" e "amigo" dos usineiros. Ferreira, conta seu filho Valdir, estava em casa assistindo

televisão quando foi atingido, na cabeça, por um tiro de escopeta, uma espingarda de calibre 12 com o cano serrado — mas sobreviveu e pretende continuar na disputa pela presidência do sindicato de Água Preta.

“Não fomos nós”, defendeu-se o usineiro Gilbert Perman, produtor de 60 mil toneladas de cana anuais, dono de mil hectares na região e de um dos quatro engenhos fabricantes de aguardente quem resiste na Zona da Mata, o de Cumbi. Perman tem até uma teoria sobre o atentado: “Isso foi briga de dom Hélder Câmara com a atual direção do sindicato. Amaro Lopes é mais claro: “Ele estava jurado”, diz. Mas a verdade é que casos como esse tendem a se multiplicar numa região onde as armas ainda substituem o relógio de ponto no controle da tomada de trabalho — desde 1979 os canavieiros reivindicam, sem sucesso, o desarmamento dos capatazes que controlam os canaviais. Na moderna Usina Pumaty, embora seu proprietário se declare “um liberal”, cada grupo de quatrocentos trabalhadores é espreitado por seis vigilantes (“cabos”) e um administrador, todos armados com revólveres calibre 38, peixeiras e porretes. A estrutura assemelha-se à de um campo de trabalhos forçados: grupos de oitenta trabalhadores formam um pelotão, vigiado por um “cabo”.

Na usina Cucau, em Rio Formoso, ironicamente, dez carabinas repousam sob o relógio de ponto destinado aos que trabalham na sede da empresa. “Como desarmar nossos homens se o instrumento de trabalho do cortador de cana, a foice, é uma arma?”, pergunta o dono do engenho de Ipojuca, Francisco Dourado. 40 anos, talvez esquecido de que as milícias que patrulham os canaviais portam carabinas que não são utilizadas no corte da cana. Na última greve, Dourado expulsou, revólver em punho, o presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro, Heraldo Lírio, que estava em Ipojuca apoiando o movimento grevista. “Quero ver alguém desarmado botar esse pessoal para trabalhar”, reclama. A violência dos usineiros é reconhecida mesmo por um deles: Perman, do engenho do Cumbi, aconselha: “A gente não deve-se indispor com eles, porque matam mesmo”. Perman fala com a autoridade de quem é amigo, como ele proclama com orgulho, do major Ferreira dos Anjos, condenado no “Escândalo da Mandioca” pela morte do procurador Pedro Jorge da Silva.

As mudanças na Zona da Mata, porém, não atingem apenas o trabalhador rural. As usinas, que no início da década de 50 ultrapassavam a casa da meia centena, caíram para 35. Surgiram usinas mais modernas, quase auto-suficientes no abastecimento da cana-de-açúcar, graças ao aumento da área plantada própria: em 1953 as propriedades com mais de mil hectares ocupavam 27% da Zona da Mata: no último cadastramento realizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 1976, o percentual subiu para 50%. As usinas modernas tornaram inviáveis os negócios menores dos antigos “senhores do engenho” — sem economia de escala para enfrentar os novos competidores —, que hoje não passam de meros fornecedores de cana. Até mesmo “senhores” de porte médio, como Lauro Alves da Silva, 83 anos, 72 dos quais produzindo a cana-de-açúcar, resolveram abandonar os negócios, espremidos entre os preços baixos oferecidos pelos usineiros — estavam pagando 75% dos preços tabelados (27.398 cruzeiros por tonelada) a vista e os 25% restantes em noventa dias, sem juros — e o aumento das reivindicações trabalhistas. “Nunca tivemos tantos problemas, nem no tempo em que Miguel Arraes era governador”, lamenta. Cada tonelada de cana — pelas quais paga ao canavieiro 5.284 cruzeiros — é transformada pelo usineiro em 93 quilos de açúcar, que, aos preços atuais, lhe rendem 55.800 cruzeiros. Este ano sairão das usinas pernambucanas 30 milhões de sacas de 50 quilos e 300 mil metros cúbicos de álcool — garantindo um faturamento de 1 trilhão de cruzeiros. Elas contribuirão com 60% dos 80 bilhões de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) arrecadados pelo Estado e ocuparão 90% da capacidade de carga do porto de Recife, exportando algo em torno de 400 milhões de dólares. Os usineiros admitem que sua lucratividade fica em torno dos 15% do faturamento bruto. Ainda assim é muito grande a resistência da classe às concessões trabalhistas: os canavieiros só as conseguem na Justiça.

É o caso, típico, do “barracão”, que os usineiros teimavam em manter. Em 1979, os canavieiros conseguiram desvincular o pagamento por seu trabalho da compra obrigatória de gêneros no “barracão” da usina. Finalmente, no último dissídio, a Justiça ordenou aos patrões que efetuassem o pagamento até a sexta-feira de cada semana. Antes, o pagamento era feito nas últimas horas do dia de sábado, para que o trabalhador não tivesse mais tempo de fazer suas compras nas feiras livres, que se realizam nas manhãs de sábado. Assim, era obrigado a recorrer aos preços extorsivos do “barracão”. Mas os trabalhadores ainda não conseguiram coisas elementares, como a fiscalização das balanças dos usineiros, onde é pesada a produção. Segundo a Fetape, a média de erro das balanças gira em torno de 30%, sempre em benefício do usineiro. “Se o administrador da usina não garante uma pesagem 30% inferior ao da cana entregue, é mandado embora”, denuncia Reginaldo Muniz, técnico da Fetape.

Ao longo dos 9.900 quilômetros de estradas que os usineiros se orgulham de ter construído na Zona da Mata, transformando-a num verdadeiro labirinto de canaviais, para escoamento da cana, amontoam-se quase 100 mil trabalhadores à procura de emprego. É que aos 240 mil trabalhadores vinculados aos 44 sindicatos da região juntam-se cerca de outros 100 mil vindos dos Estados vizinhos e da região seca do agreste. São os “corumbás”, homens que passam até seis meses vivendo em galpões sem esgoto, iluminação e qualquer cuidado com conforto ou segurança. De madrugada, próximo às cidades param as filas de caminhões, recolhendo e levando os cortadores de cana até as fazendas. Mesmo para quem mora nos “engenhos”, a situação não é melhor. Sem ter onde plantar suas roças — o canavial vai até a porta dos fundos e a estrada passa pela porta da frente —, Geraldo Batista, 24 anos, morador do engenho Alegrete, seca ossos em seu fogão, para coloca-los, depois, dentro d’água e misturar o caldo com farinha.

Mesmo com essa alimentação precária — o Instituto de Nutrição de Pernambuco afirma que os níveis de nutrição da Zona da Mata perdem para os dos escravos em 1860 — um trabalhador adulto consegue cortar 3 toneladas de cana-de-açúcar por dia, incluído o trabalho de amarrá-la em feixes. Uma mulher corta 1,5 tonelada — e a mulher na região canavieira, segundo o mesmo Instituto de Nutrição, atinge estaturas médias próximas às do pigmeu africano: 1,48 metro. E “o nível de inteligência beira os índices de idiotia”, diz a pesquisa. Já uma criança consegue cortar 800 ou 500 quilos de cana, dependendo da idade. Desde os 5 anos as crianças da Zona da Mata mergulham nos canaviais, ajudando os pais a tirar a “tarefa”.

O exemplo de Pernambuco parece ter frutificado. Na semana passada, os 40 mil canavieiros sindicalizados do Rio Grande do Norte conseguiram, depois de uma paralisação de nove dias, os mesmos índices salariais de seus colegas pernambucanos. Por isso, o presidente da Fetape, José Rodrigues, ele mesmo um cortador de cana na região da Zona da Mata, acredita que os canavieiros devem fazer velhas e novas exigências para alcançar uma vida melhor. E, se depender dele, a próxima temporada de corte da cana será precedida de nova greve, “para que os nomes dos engenhos”, como diz o poeta pernambucano Ascenso Ferreira, “voltem a fazer sonhar”.

Ricardo Lessa, de Pernambuco

**(Página 28)**